

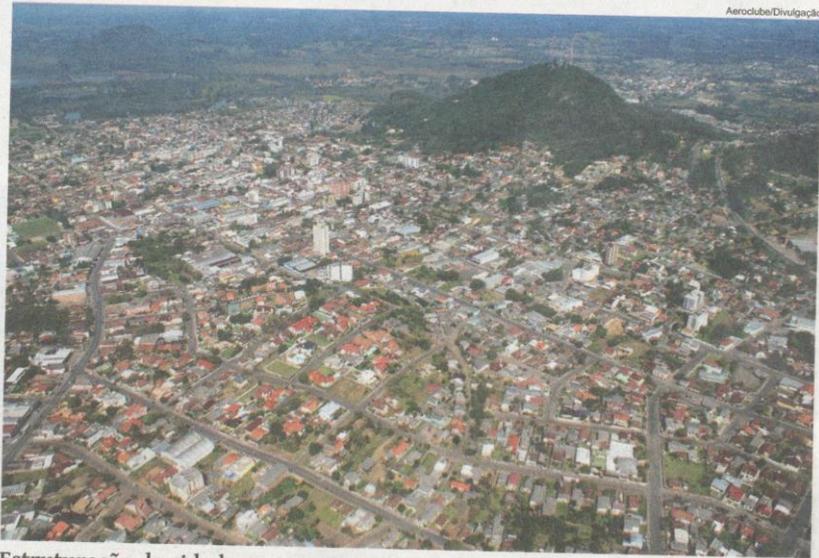
Projeto CURA

Um sonho que virou pesadelo

Dívidas contraídas para estruturar o município na década de 1980 são impagáveis, segundo secretário da Fazenda

MONTENEGRO - Um planejamento de longo prazo, sonhando com uma cidade que teria mais de 100 mil habitantes em 2000, acabou com uma conta impagável, com a qual as últimas administrações vêm convivendo desde a década de 1980. Diversas obras foram executadas sonhando com um desenvolvimento que não seguiu o planejado, e acabou deixando de herança uma dívida "impagável", segundo o secretário da Fazenda de Montenegro.

O Projeto CURA (Comuni-



Estruturação da cidade custou caro aos cofres municipais

ração Acelerada) foi um sonho que virou pesadelo em Montenegro, e vem há décadas atormentando os gestores. Em 1978, com a possibilidade de desenvolvimento econômico do município, em decorrência da instalação do Polo Petroquímico, os administradores contraíram o empréstimo para a realização de várias melhorias, especialmente no lado oeste - Grande Timbaúva. Como o Município não dispunha de recursos para obras como a Avenida Júlio Renner, Corpo de Bombeiros, Biblioteca Pública, Escola José Pedro Steigleder, prédio da Assistência, saneamento e pavimentação de ruas, foi necessário o financiamento. Isto se tornou um problema, que parece não mais ter solução.

Em reunião proposta pelo Vereador Gustavo Zanatta (PP) na Câmara, o Secretário

deixou muito claro que a dívida do Município com o Estado referente ao Projeto Cura é "impagável". O encontro, presidido pelo Vereador Carlos Einar de Mello (PSB) - "Naná", contou com a participação das Procuradoras do Estado, Marcela Vargas e Verônica Bocchese e a Procuradora do Município, Juliana Steigleder Becker. Zanatta disse que o objetivo seria trazer à tona esta discussão da dívida, e buscar uma negociação junto ao Estado

R\$ 87 mil por mês

Devido a negociações feitas em 2004, o Município vem pagando em torno de R\$ 87 mil mensais. Segundo Hoffmeister, mesmo quitando em dia a dívida continua crescendo, sendo que em abril chegou a R\$ 66 milhões. O secretário comentou ainda que em 2014 o ex-secretário da Fazenda do Município, Astor Scherer,

o tema e todo material foi entregue ao Governador do Estado Tarso Genro, juntamente com o ofício 254/14, de 28 de março, assinado pelo Prefeito Paulo Azeredo. No documento, constou a situação atual da dívida, sua origem, estudo de viabilidade econômico-financeira do Projeto, contratação da operação de crédito, falhas no projeto/consequências e alternativas propostas para solucionar esta dívida impagável.

No documento, o Prefeito pediu que o Estado - na condição de avalista e maior beneficiado com o retorno de ICMS gerado pelo Polo Petroquímico (em torno de 75% a 80% do valor total) no período de seu funcionamento - encaminhasse um Projeto de Lei à Assembleia Legislativa do Estado, concedendo ao Município a remissão de 75% do saldo devedor deste financiamento, remanescendo sob sua res-

da dívida junto à Secretaria da Fazenda do Estado, deduzidos os valores já amortizados. As duas Procuradoras receberam cópias dos documentos, afirmando que iriam entregar o material ao Procurador Geral do Estado. Adiantaram que seria necessária a participação da Secretaria da Fazenda do Estado.

O Vereador Gustavo Zanatta deverá apresentar uma Indicação ao Prefeito Luiz Américo Alves Aldana, sugerindo a criação de um Comitê Gestor de Acompanhamento e Negociação da Dívida do Município com o Estado. Acredita que devam fazer parte entidades como ACI, CDL, OAB/Montenegro, Associação de Contabilistas, Câmara e Prefeitura. O Vereador Naná sugeriu que fosse realizado um novo encontro dentro de 30 dias.

| jb.cardoso@fatonovo.com.br